



## Projeto Nascente Viva: Ações Socioeconômicas e Ambientais na Reserva Indígena de Dourados/MS

*Nascente Viva Project: Socioeconomic and Environmental Actions Indigenous Reserve of Dourados/MS*

VILELA, Larissa Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Jessica Ferreira da<sup>1</sup>; FERNANDES, Ana Caroliny de Queiroz<sup>1</sup>; BRACHTVOGEL, Cleide<sup>1</sup>; PEREIRA, Zefa Valdivina<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal da Grande Dourados; olivilela@gmail.com, jes\_ferreira@yahoo.com.br, anacarolinyfernandes123@gmail.com, cleide\_brachtvogel@hotmail.com, zefapereira@ufgd.edu.br

**Resumo** A reserva indígena de Dourados, compreendida pelas Aldeias Bororó e Jaguapirú, foi criada em 1917 com uma área de 3.474 ha. Neste espaço vivem confinadas, hoje, mais de 15.000 pessoas. Esse grande contingente populacional levou ao esgotamento dos recursos naturais essenciais para a sua sobrevivência. Criou ainda sérios impasses para a convivência da população aglomerada na reserva, o que se expressa no agravamento de problemas sociais como a violência, droga, álcool, miséria, conflitos internos, desnutrição infantil e mesmo em frequentes surtos epidêmicos de suicídios. Frente a esse quadro de degradação, fica evidente a necessidade de restauração, não só para se adequar a legislação, mas também reconstruir um ecossistema autossustentável, bem como proporcionar à comunidade indígena um lugar para usufruir de maneira respeitosa dos recursos naturais como os rios, os animais, as plantas e admirar as belezas, resgatando assim uma parte de sua cultura. Assim, é de fundamental importância o desenvolvimento de estratégias que visem à proteção, recuperação e a sustentabilidade da reserva indígena de Dourados, através de alternativas de uso dos recursos naturais, bem como alternativas de geração de renda para essas populações. Dessa forma este projeto tem por objetivo promover a restauração ecológica e a conservação da biodiversidade por meio do uso sustentável dos recursos naturais da Aldeia de Dourados como alternativa de desenvolvimento local e a melhoria na quantidade e qualidade da água para usos múltiplos.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Guarani-Kaiowá, Área de Preservação Permanente.

**Abstract:** The Dourados indigenous reservation comprised of the Bororó and Jaguapiru Villages was created in 1917 with an area of 3,474 ha. More than 15,000 people live in this space today. This large population contingent led to the exhaustion of the natural resources essential for their survival. It also created serious impasses for the coexistence of the population agglomerated in the reserve, which is expressed in the aggravation of social problems such as violence, drugs, alcohol, misery, internal conflicts, child malnutrition and even frequent outbreaks of suicide. Faced with this degradation, the need for restoration is evident, not only to adapt to legislation, but also to rebuild a self-sustaining ecosystem, as well as to provide the indigenous community with a place to respectfully enjoy natural resources such as rivers, the animals, the plants and admire the beauties, thus redeeming a part of its culture. Thus, it is of fundamental importance to develop strategies for the protection, recovery and sustainability of the village of Dourados, through alternatives for the



use of natural resources, as well as alternatives for generating income for the populations. Thus, this project aims to promote ecological restoration and conservation of biodiversity through the sustainable use of the natural resources of village of Dourados as an alternative for local development and improvement in the quantity and quality of water for multiple uses.

**Keywords:** Sustainability, Guarani-Kaiowá, Permanent Preservation Area.

## Contexto

O estado do Mato Grosso do Sul destaca-se no território nacional em termos de biodiversidade uma vez que abriga três dos grandes biomas Floresta Atlântica, Cerrado e Pantanal, além da influência do Chaco e da Floresta Amazônica, o que resulta em uma paisagem florística bastante diversificada.

Associado a essa rica biodiversidade, o estado tem a maior população indígena do país, mais de 60.000 indígenas, quase 10% da população total no Brasil. Esses contingentes agrupam-se em sete povos distintos: Kadiwéu, Ofaiet, Terena, Guarani e Kaiowá, Kamba e Atikum. Dentre eles, os Guarani e Kaiowá e os Terena representam dois dos mais numerosos povos indígenas do país.

Contudo, o processo de ocupação do estado, assim como em outras regiões, caracterizou-se pela falta de planejamento e conseqüente destruição dos recursos naturais, particularmente das florestas. A cobertura florestal nativa foi sendo fragmentada, cedendo espaço para as culturas agrícolas e as pastagens, bem como o avanço da fronteira urbana que se estendeu por áreas impróprias como fundos de vales e áreas de nascentes acelerando e intensificando desta forma, a degradação do ambiente natural (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

Semelhantemente ao que aconteceu com a biodiversidade do Mato Grosso do Sul, as populações indígenas Guarani-kaiowá foram fragmentadas e confinadas a espaços extremamente exíguos. Esse processo de expropriação territorial e confinamento impuseram profundas limitações a sua economia, bem como o esgotamento dos recursos naturais, a desvalorização cultural e a perda de sua identidade (BRAND, 2007). Também se traduziu, inevitavelmente, no desaparecimento de inúmeros povos indígenas. A apropriação, por parte dos colonizadores, dos territórios indígenas, assim como a conseqüente exploração de suas riquezas naturais, caracterizou-se como um processo de forte homogeneização cultural e de crescente comprometimento da diversidade ambiental (BRAND, 2007).

Como conseqüência desse longo processo histórico de expropriação territorial e desestruturação sociocultural parte da subsistência das famílias é garantida com o trabalho assalariado dos homens nas usinas de produção de açúcar e álcool, enquanto crescem os índices de desnutrição infantil e de suicídio entre os jovens. Os Kaiowá e Guarani manifestam, atualmente, uma forte dependência de ações



emergenciais, sobretudo com relação à provisão de alimentos e de assistência médica, seja de forma oficial, seja por ações voluntárias a partir de mobilização de setores da sociedade civil (BRAND, 2007).

Não ocorreu diferente no município de Dourados, onde em 1917 pelo Decreto Estadual 401, foi criada a Reserva Indígena de Dourados, compreendida pelas Aldeias Bororó e Jaguapirú. O título definitivo da área, legalizada como patrimônio da União, foi emitido em 1965 (MONTEIRO, 2003), com uma área de 3.474 ha. Neste espaço vivem hoje mais de 15.000 pessoas (FUNAI, 2018), cerca de 18% da população indígena do estado.

Esse grande contingente populacional levou ao esgotamento dos recursos naturais essenciais para a sua sobrevivência a partir da perspectiva histórica cultural indígena de forma que inviabilizam a realização da sua reprodução social, mística e cultural, a partir de uma perspectiva histórica, uma vez que sua relação com o território se encontra fragilizada (SANTANA JUNIOR, 2010). Surgiram ainda sérios impasses para a convivência da população aglomerada na reserva, o que se expressa no agravamento de problemas sociais como a violência, drogas, alcoolismo, miséria, conflitos internos, desnutrição infantil e mesmo em frequentes surtos epidêmicos de suicídios. Além dos problemas sociais enfrentados pela aldeia de Dourados, estes carecem ainda de água potável, de rede de tratamento de esgoto, bem como a coleta de lixo, ou seja, esta comunidade se encontra excluída das políticas municipais de água e saneamento.

Cabe ressaltar ainda que com o desmatamento houve a extinção de várias espécies que antes eram usadas pela comunidade, o que provocou a erosão do solo e assoreamento dos cursos de água. Frente a esse quadro de degradação, fica evidente a necessidade de restauração não só para se adequar à legislação, mas também reconstruir um ecossistema autossustentável, bem como proporcionar a comunidade indígena um lugar para usufruir de maneira respeitosa os recursos naturais como os rios, os animais, as plantas e admirar as belezas, resgatando assim uma parte de sua cultura. Desse modo, é de fundamental importância o desenvolvimento de estratégias que visem à proteção, recuperação e sustentabilidade da Aldeia de Dourados, através de alternativas de uso dos recursos naturais, além de alternativas de geração de renda para as populações.

Dessa forma este projeto tem por objetivo promover a restauração ecológica e a conservação da Biodiversidade por meio do uso sustentável dos recursos naturais da Aldeia de Dourados como alternativa de desenvolvimento local e a melhoria na quantidade e qualidade da água para usos múltiplos.



## Descrição da Experiência

A Reserva Indígena de Dourados tem seus limites territoriais juntos aos limites do perímetro urbano do município de Dourados, MS, ficando a norte da cidade. A sua composição étnica é composta por três etnias: Caiuás (Kaiowá), Guarani (Ñandeva) e os Terena. Divididas em duas aldeias: a Bororó e a Jaguapirú.

Os fragmentos florestais, constituídos por remanescentes da formação Florestal Estacional Semidecidual, representam 4% da área total da reserva (SOARES & PEREIRA, 2015) e se encontram em péssimo estado de conservação devido às pressões da superpopulação.

Conforme Soares & Pereira (2015) a Aldeia de Dourados apresenta três tipologias de ocupação do solo. As áreas de uso econômico representa 83% do total da reserva e estes locais são consolidados pelo processo de ocupação, no qual se verifica o predomínio de moradias associadas a atividades econômicas de subsistência (agricultura, pastagem e pomares) e infraestrutura diversas (SOARES & PEREIRA, 2015).

As áreas úmidas compreendem 13% são áreas de várzea associadas às nascentes e que acompanham os fundos de vale ao longo dos cursos d'água. Apesar das restrições impostas pelas suas características naturais, sobretudo pela saturação hídrica comum aos locais de ocorrência de gleissolos, que as configuram como locais de instabilidade geofísica, essas áreas vêm sendo pressionadas pela ocupação por moradias e atividades agropastoris as quais refletem na gradativa supressão dos campos hidrófilos e das matas ciliares, comprometendo os serviços ambientais desempenhados pelo sistema (SOARES & PEREIRA, 2015). A falta de cobertura vegetal nas margens desses córregos e nascentes tem causado assoreamento e um grande acúmulo de sedimentos nos leitos, o que fez com que em muitas partes já não exista mais o leito dos córregos, apenas uma área úmida, que quando chove invade as casas próximas aos córregos.

A ausência de vegetação arbórea e a predominância de gramíneas encontradas nas margens das nascentes e córregos caracterizam-se como um fator de degradação, já que aumentam a probabilidade de erosões e potencializam o desmoronamento das margens, entre outros fatores agravantes. Além disso, está em desacordo com a legislação do Código Florestal Brasileiro que prevê uma faixa de florestas e demais formas de vegetação natural de 30 metros para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura e 50 metros para nascentes e áreas úmidas com solos hidromórficos. Na figura 1 é possível evidenciar o estado de alguns córregos dentro da Aldeia.

- 3º Seminário de Agroecologia da América do Sul
- 5º Seminário Estadual de Educação do Campo
- 7º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul
- 6º Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul
- 3º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul



**Figura 1.** Vista geral dos córregos da Aldeia de Dourados, MS.



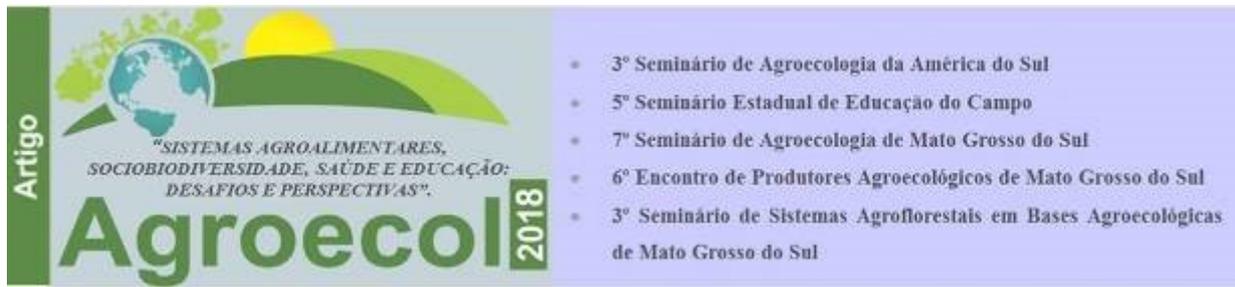
O início do projeto contou com um diagnóstico para evidenciar os passivos ambientais das Aldeias, posteriormente foi elaborado o PRARA para as aprovações legais. A primeira ação do projeto foi a remoção da vegetação herbácea e invasora e a retirada de areia da calha do córrego com máquina retroescavadeira. Posteriormente fez-se o plantio de mudas ou outra técnica evidenciada pelo diagnóstico. Também foi realizada atividades de educação ambiental, oficinas sobre coleta, beneficiamento de sementes, produção de mudas e tipos de adubação.

Foi instalado um viveiro na Escola Estadual da Aldeia de Dourados, este espaço além da produção de mudas destinará a formação. Os Viveiros Educadores são espaços de produção de mudas de espécies vegetais onde, além de produzi-las, desenvolve-se de forma intencional processos que buscam ampliar as possibilidades de construção de conhecimento, exercitando em seus procedimentos, práticas e reflexões que tragam em seu bojo, o olhar crítico sobre questões relevantes para a Educação Ambiental como: ética, solidariedade, responsabilidade socioambiental, segurança alimentar, inclusão social, recuperação de áreas degradadas entre outras possibilidades. Assim, tais viveiros são espaços onde a produção de mudas é tratada como porta de entrada para reflexões mais profundas sobre as causas e possibilidades de enfrentamento para a problemática socioambiental.

## Resultados

Este trabalho proporcionou a interação entre a academia e os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas, visando não só à Preservação/Recuperação dos Recursos Naturais de suas respectivas reservas como também projetos alternativos para um desenvolvimento local de sustentabilidade duradoura, os quais minimizem os impactos ambientais produzidos.

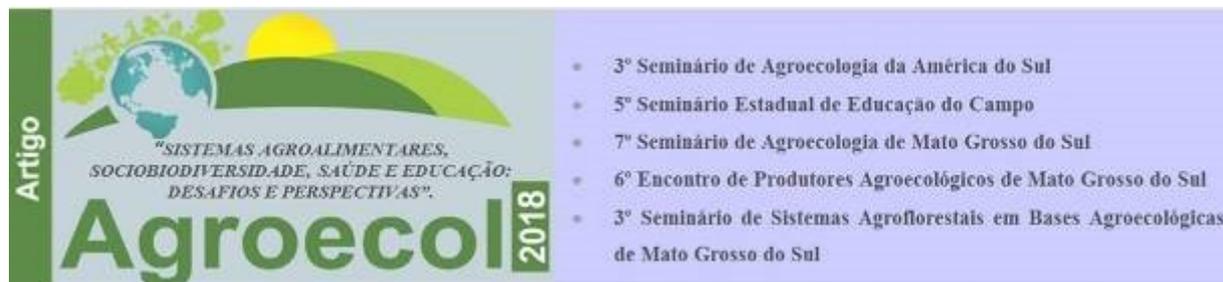
Na figura 2 e 3 é possível observar algumas atividades realizadas durante a vigência do projeto.



**Figura 2.** Vista geral das atividades do projeto, limpeza do leito, plantio e palestra, na aldeia de Dourados, MS.



**Figura 3.** Construção do viveiro e curso de produção de mudas na Escola Guateka e estado atual do córrego Jaguapirú, na aldeia de Dourados, MS.



O projeto conta com cinco agentes ambientais, que são alunos indígenas do ensino médio os quais dedicam uma manhã por semana para desenvolver atividades no viveiro de mudas.

Espera-se com isso promover a conservação dos recursos hídricos da Aldeia de Dourados, contribuir para o restabelecimento de aspectos funcionais e estruturais de nascentes e olhos d'água; promover a formação e discussão sobre responsabilidade socioambiental, segurança alimentar, inclusão social, recuperação de áreas degradadas; desenvolver arranjos produtivos locais baseados na sustentabilidade; capacitar os integrantes do projeto para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva de sementes florestais.

### **Agradecimentos**

Ao Núcleo de Práticas Extensionistas (NPE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pelo apoio.

### **Referências**

BRAND, A. **Povos indígenas na região do Pantanal e do Cerrado: desenvolvimento participativo, universidades e pesquisa-ação.** Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2007. 15p.

MATO GROSSO DO SUL. 2000. Secretaria de Meio Ambiente. Fundação Estadual de Meio Ambiente Pantanal. Coordenadoria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental. Divisão Centro de Controle Ambiental. **Microbacia hidrográfica do Rio Dourados: diagnóstico e implantação da rede básica de monitoramento da qualidade das águas.** Campo Grande, 78 p.

MONTEIRO, M. E. B. Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwoá. Rio de Janeiro: **Museu do Índio**, 2003.

SANTANA JUNIOR, J.R. Produção e reprodução indígena: o vir e o porvir na reserva de Dourados/MS. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 203-236, 2010.

SOARES, J.A.B, & PEREIRA, J. G Diagnóstico ambiental da reserva indígena de Dourados-MS, **Anais.** VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Porto Alegre/RS – 23 a 26/11/2015.